

2015



Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do
PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
ABRIL 2016

Índice

1	Sumário executivo	2
2	Atividades Desenvolvidas	5
2.1	Fundo de Eficiência Energética	5
2.1.1	Avisos publicados no portal FEE.....	6
2.1.2	Receção e análise de candidaturas	6
2.1.3	Celebração de contratos de financiamento e acordos de adesão	8
2.1.4	Pagamento de verbas aprovadas aos beneficiários.....	8
2.1.5	Avisos Concluídos.....	9
2.2	Monitorização e gestão de metas e objetivos do PNAEE	11
3	Gestão financeira.....	13
Anexo	15
1.	Nota Introdutória.....	16
2.	Principais Políticas Contabilísticas	17
3.	Conta no Tesouro.....	18
4.	Títulos Negociáveis	18
5.	Outros Devedores	19
6.	Outros Credores.....	19
7.	Acréscimos e diferimentos - acréscimos de proveitos	20
8.	Acréscimos e diferimentos - acréscimos de custos.....	20
9.	Transferências correntes concedidas.....	21
10.	Fundos Próprios.....	22
11.	Fornecimentos e Serviços Externos	22
12.	Transferências correntes obtidas.....	22
13.	Demonstração do Fluxos de caixa.....	23

1 Sumário executivo

Dada a necessidade de submeter anualmente a aprovação do Conselho Estratégico, o Relatório de Atividades e Contas da Estrutura de Gestão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), como previsto na alínea e) do n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento da Estrutura de Gestão do PNAEE, aprovado pela Portaria n.º 1316/2010, de 28 de dezembro, foi elaborado o presente relatório que resume as atividades, objetivos alcançados e contas referentes ao ano de 2015.

As atividades desenvolvidas, ao longo de 2015, foram exclusivamente dedicadas à atualização da monitorização do PNAEE (dados disponíveis referentes a 2013), criação e gestão da página eletrónica do PNAEE e, na sua maioria, à gestão do Fundo de Eficiência Energética (FEE), com o lançamento público, análise e gestão corrente de Avisos.

Assim, face ao plano de atividades de 2015, aprovado a 19 de fevereiro de 2015, importa referir que este foi cumprido com exceção da publicação dos Avisos 14, 16 e 17, dado não ter sido possível reunir condições para a sua publicação, tendo por essa razão transitado para o Plano de Atividades e Orçamento de 2016, aprovado pela CE do PNAEE, a 31 de dezembro de 2015.

Deste modo, e de forma sucinta, no que diz respeito à monitorização do PNAEE, os dados apurados à data de 31 de dezembro de 2015 são os apresentados na Tabela 1.

TABELA 1 - CONTRIBUIÇÃO DE ENERGIA PRIMÁRIA POUPADA (TEP) ATÉ 2013 PARA AS METAS DE 2016 E 2020

PNAEE	Meta 2016 (tep)	Execução	Meta 2020 (tep)	Execução
Total (2008-2013)	1.773.231	60%	2.394.064	44%

Importa referir que, no 2.º semestre de 2015, foi criada e divulgada pela primeira vez a página eletrónica do PNAEE, onde é possível promover a implementação do PNAEE e do FEE de forma simples, divulgando-se assim informação relevante pelo maior número de consumidores possível.



FIGURA 1 – PÁGINA ELETRÓNICA DO PNAEE (WWW.PNAEE.PT)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

No que diz respeito à gestão do FEE, à data de 31 de dezembro de 2015, o ponto da situação de cada Aviso está resumido na Tabela 2.

TABELA 2 - PONTO DE SITUAÇÃO RELATIVAMENTE AOS AVISOS FEE À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

AVISO (ANO)	PONTO DE SITUAÇÃO
01 (2012)	Aviso deserto em 2012.
02 (2012)	Aviso fechado, com saldo de € 12.119,23 (doze mil cento e dezanove euros e vinte e três cêntimos).
03 (2012)	Aviso fechado, com saldo de € 272.317,33 (duzentos e setenta e dois mil trezentos e dezassete euros e trinta e três cêntimos).
04 (2012)	Aviso fechado, com saldo de € 89.580,55 (oitenta e nove mil quinhentos e oitenta euros e cinquenta e cinco cêntimos).
05 (2012)	A aguardar por confirmação de IBAN, por parte de dois beneficiários e a aguardar por esclarecimentos e correções dos elementos, por parte de um beneficiário.
06 (2014)	Autorização e homologação do investimento a apoiar, no valor de € 17.747,00 (dezassete mil setecentos e quarenta e sete euros). Realização de contratualização entre os beneficiários e o FEE.
07 (2014)	Autorização e homologação do investimento a apoiar, no valor de € 235.797,43 (duzentos e trinta e cinco mil setecentos e noventa e sete euros e quarenta e três cêntimos). Realização de contratualização entre os beneficiários e o FEE.
08 (2014)	Autorização e homologação do investimento a apoiar, no valor de € 199.492,88 (cento e noventa e nove mil quatrocentos e noventa e dois euros e oitenta e oito cêntimos). Realização de contratualização entre os beneficiários e o FEE.
09 (2015)	Análise e avaliação das candidaturas de 2ª fase, de candidaturas de beneficiários, submetidas pelos promotores qualificados na 1ª fase do aviso.
10 (2015)	Análise e avaliação das candidaturas de 2ª fase, de candidaturas de beneficiários, submetidas pelos promotores qualificados na 1ª fase do aviso.
11 (2015)	Elaboração do Relatório Final de análise e avaliação das candidaturas a beneficiários.
12 (2015)	Análise e avaliação das candidaturas de 2ª fase, de candidaturas de beneficiários, submetidas pelos promotores qualificados na 1ª fase do aviso.
13 (2015)	Aprovação pela CE do PNAEE do Relatório Final de análise e avaliação das candidaturas a beneficiários 1ª extração.
14 (2015)	Minuta de Aviso diferida pela CE do PNAEE em 19 de fevereiro de 2015
15 (2015)	Elaboração do Relatório Final de análise e avaliação das candidaturas a beneficiários.
16 (2015)	Minuta de Aviso diferida pela CE do PNAEE em 19 de fevereiro de 2015
17 (2015)	Minuta de Aviso diferida pela CE do PNAEE em 19 de fevereiro de 2015
18 (2015)	Elaboração do Relatório Final de análise e avaliação das candidaturas a beneficiários.

No que respeita à promoção e divulgação do FEE, junto dos potenciais beneficiários e promotores dos avisos, a mesma foi realizada com recurso habitual ao portal do FEE e da ADENE, e ao envio pontual de comunicações, por via de correio eletrónico, aos principais meios de comunicação social e público estratégico.

Relativamente à gestão financeira, os fundos patrimoniais totais do FEE, em 31 de dezembro de 2015, são de € 8.491.084,89 (oito milhões quatrocentos e noventa e um mil e oitenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos), repartidos pelo saldo contabilístico da conta IGCP n.º 1120013398, titulada por Direção-Geral de Energia e Geologia de **€ 490.748,52 (quatrocentos e noventa mil setecentos e quarenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos)** e investido em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC) o montante de **€ 8.000.336,37 (oito milhões trezentos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos)**.



2 Atividades Desenvolvidas

As atividades, no âmbito da Estrutura de Gestão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, foram desenvolvidas pelo seu Diretor Executivo, na dependência da sua Comissão Executiva, competindo àquele assegurar o desempenho das tarefas de gestão operacional e corrente do PNAEE.

Para mais fácil compreensão, estas atividades são subdivididas em duas vertentes:

- Implementação dos programas e medidas previstas no PNAEE através do financiamento e concretização da gestão do FEE.
- Monitorização dos objetivos e metas definidas no PNAEE através da quantificação das poupanças alcançadas através da concretização dos seus programas e medidas.

Importa referir que nos termos do Despacho n.º 8648/2015, de 15 de julho, do Secretário de Estado da Energia, com efeitos a partir de 1 de julho de 2015, foi exonerado, a seu pedido, o Eng.º João Paulo Alves Diz Pereira Calau, do cargo de Diretor Executivo da Estrutura de Gestão do PNAEE e nomeado como novo Diretor Executivo o Eng.º Fernando Manuel Gonçalves Ribeiro Martins.

A Comissão Executiva do PNAEE reuniu quatro vezes em 2015 visando a operacionalização do PNAEE através do financiamento do FEE, nomeadamente, através da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2015, Relatório de Atividades e Contas de 2014, do lançamento de sete Avisos FEE e da conclusão de dois Avisos FEE.

Com a aprovação do Plano de Atividades, foram desenvolvidas durante o ano de 2015 as atividades nele constante e que são descritas nos subcapítulos seguintes.

2.1 Fundo de Eficiência Energética

As atividades desenvolvidas no âmbito do FEE, durante o ano de 2015, são classificadas, para mais fácil leitura e compreensão, da seguinte forma:

- Avisos publicados no portal FEE;
- Receção e análise de candidaturas;
- Celebração de contratos de financiamento;
- Pagamento de verbas aprovadas;
- Avisos concluídos.

2.1.1 Avisos publicados no portal FEE

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética (Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro), a apresentação de candidaturas processou-se através da abertura de concursos relativos aos Avisos identificados na tabela seguinte:

TABELA 3 – AVISOS FEE PUBLICADOS EM 2015

Aviso FEE – 2015	Destinatário	Período Candidaturas	
		Abertura	Fecho
Aviso 09 – Auditoria Energética a Elevadores em Edifícios de Serviços	Promotor	04/05	03/06
	Beneficiário	01/09	30/11
Aviso 10 – Edifício Eficiente	Promotor	04/05	03/06
	Beneficiário	01/09	30/11
Aviso 11 – Hotelaria – Incentivo à promoção da Eficiência Energética	Beneficiário	04/05	03/08
Aviso 12 – Requalificação de Sistemas Solares Térmicos	Promotor	04/05	03/06
	Beneficiário	01/09	30/11
Aviso 13 – SGCIE – Incentivo à promoção da Eficiência Energética II	1.ª Extração	04/05	03/08
	2.ª Extração	Data a definir	
Aviso 15 – RGCE Transportes	Beneficiários	04/05	03/08
Aviso 18 – Redução de Consumos de Energia Reativa no Estado	Beneficiários	04/05	03/08

De salientar que o Aviso 13 tem a particularidade de estar dividido em duas extrações dirigidas aos consumidores finais (beneficiários). No entanto, por não ter sido possível, em tempo útil, obter a homologação final dos resultados da 1.ª extração, a 2.ª extração do Aviso não foi lançada no decorrer de 2015. Esta decisão foi tomada para que os candidatos a beneficiários não selecionados na 1.ª extração tivessem oportunidade de se recandidatar, caso tivessem essa pretensão. Por este motivo a Comissão Executiva deliberou a alteração da calendarização do Aviso 13, consoante a data de homologação do seu relatório final.

Durante o período de submissão das candidaturas, houve uma elevada afluência por parte de potenciais candidatos, via correio eletrónico e telefone, para esclarecimento de dúvidas relacionadas com os Avisos FEE lançados. Fica a convicção que, no futuro, os Avisos deverão ser mais objetivos e pedagógicos no sentido de incentivar os potenciais candidatos a submeter e concretizarem as suas candidaturas.

2.1.2 Receção e análise de candidaturas

Entre os sete Avisos lançados durante o ano de 2015, três dos Avisos tiveram uma primeira fase de pré-seleção de promotores. Neste contexto, a avaliação das candidaturas a promotores foi realizada pela Direção Executiva, segundo os critérios previamente definidos em cada Aviso. De salientar que os resultados obtidos foram bastante positivos, como é possível constatar na Tabela 4.

TABELA 4 – NÚMERO DE CANDIDATURAS A PROMOTOR RECEBIDAS E ELEGÍVEIS

Aviso FEE – 2015	N.º de Candidatos a Promotor	N.º Promotores Elegíveis
Aviso 09 – Auditoria Energética a Elevadores em Edifícios de Serviços	16	15
Aviso 10 – Edifício Eficiente	94	84
Aviso 12 – Requalificação de Sistemas Solares Térmicos	41	36

Por outro lado, nos sete Avisos lançados em 2015, a avaliação das candidaturas a beneficiários teve em conta os critérios estabelecidos para cada Aviso e a análise da racionalidade económica e do seu mérito técnico, fatores que concorreram para a sua hierarquização, com vista à atribuição dos apoios previstos. Este trabalho esteve a cargo da Direção Executiva.

Após verificação de toda a documentação exigida em cada Aviso e análise e tratamento dos dados submetidos pelos candidatos, procedeu-se à elaboração do relatório preliminar de avaliação para cada um dos Avisos, sendo posteriormente publicados na página eletrónica do PNAEE e informados os interessados dos resultados, para que tivessem a oportunidade de se pronunciarem nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), ao abrigo do direito de audiência prévia. Posteriormente foi elaborado, pela Direção Executiva, o Relatório Final de avaliação das candidaturas para cada Aviso, o qual foi validado e aprovado pela Comissão Executiva antes de ser tornado público.

TABELA 5 – RESULTADOS DA ANÁLISE DAS CANDIDATURAS DOS AVISOS FEE DURANTE O ANO DE 2015

Aviso FEE	Estado	N.º de Candidaturas Recebidas	N.º de Candidaturas Elegíveis	Dotação Orçamental	Comparticipação FEE
Aviso 09	Em análise	116	Em análise	€ 400.000	Em análise
Aviso 10	Em análise	211	Em análise	€ 1.000.000	Em análise
Aviso 11	Comunicação Resultados – Relatório Preliminar	5	5	€ 400.000	€ 76.925,00
Aviso 12	Em análise	4	4	€ 500.000	Em análise
Aviso 13	Aguardar Homologação	19 (25 projetos)	14 (18 projetos)	€ 770.000	€ 208.971,44
Aviso 15	Comunicação Resultados – Relatório Preliminar	9	8	€ 250.000	€ 20.328,10
Aviso 18	Comunicação Resultados – Relatório Preliminar	332	246	€ 300.000	€ 596.122,03

Dado o término do prazo para submissão de candidaturas e a complexidade da análise das mesmas, não foi possível, durante o mês de dezembro, analisar todas as candidaturas e produzir o relatório preliminar dos Avisos 09, 10 e 12.

Após validação e aprovação dos relatórios preliminares dos Avisos 11, 15 e 18, pela Comissão Executiva, em dezembro de 2015, e em cumprimento do disposto no CPA, a Direção Executiva, através da página eletrónica do PNAEE (www.pnaee.pt/fee) e por correio eletrónico, notificou todos os candidatos a

beneficiários do resultado dos referidos relatórios, fixando-lhes o prazo de 10 dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, o qual decorria à data de 31 de dezembro.

Em fase mais avançada estava o Aviso 13, cuja autorização de investimento deverá ser comunicada através da homologação do relatório final por parte do membro do Governo responsável pela área da energia, tal como referido no n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética.

2.1.3 Celebração de contratos de financiamento e acordos de adesão

A Direção Executiva procedeu à celebração dos contratos de financiamento com os respetivos promotores ou beneficiários das candidaturas aprovadas no âmbito dos Avisos publicados em 2014 e 2015, de modo a que os projetos aprovados e objeto de financiamento pudessem ser implementados.

Assim, durante o 1.º semestre de 2015, foram elaborados e assinados os contratos com os beneficiários dos Avisos publicados em 2014:

- Aviso 06 – Enchimento de Pneus a Nitrogénio;
- Aviso 07 – Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável;
- Aviso 08 – SGCIE – Incentivo à promoção da Eficiência Energética.

De igual modo, no 2.º semestre de 2015, foram elaborados e assinados os acordos de adesão com os promotores dos Avisos lançados em 2015:

- Aviso 09 – Auditoria Energética a Elevadores em Edifícios de Serviços;
- Aviso 10 – Edifício Eficiente;
- Aviso 12 – Requalificação de Sistemas Solares Térmicos.

2.1.4 Pagamento de verbas aprovadas aos beneficiários

As candidaturas aprovadas no âmbito dos Avisos do FEE estão sujeitas à verificação da boa execução e cumprimento das obrigações resultantes dos contratos de financiamento celebrados com os promotores e/ou beneficiários.

Para o efeito, realizaram-se auditorias técnicas e/ou financeiras a todas as operações implementadas e para as quais foram submetidos pedidos de pagamento ao FEE.

Neste contexto, e durante o ano de 2015, foram submetidos ao FEE, no âmbito dos Avisos 02, 04 e 05, diversos pedidos de pagamento por parte de beneficiários. Os pedidos de pagamento rececionados pela Direção Executiva foram analisados, do ponto de vista técnico e financeiro, dos quais resultaram a emissão de relatórios de decisão de aprovação (ou aprovação condicionada à resolução das não conformidades detetadas). Após emissão dos relatórios de decisão de aprovação, foram efetuadas as transferências para os beneficiários no montante total indicado na Tabela 6.

No caso do Aviso 05, resultou decisão de aprovação condicionada a dois dos beneficiários, no montante global de € 39.711,70 (trinta e nove mil setecentos e onze euros e setenta cêntimos), aos quais foram solicitadas as devidas correções dos elementos remetidos. Nestas situações, a decisão de aprovação final e o consequente pagamento aos beneficiários em causa ficou programada para 2016.

TABELA 6 – PAGAMENTOS EFETUADOS A BENEFICIÁRIOS DURANTE O ANO DE 2015 (01.01.2015 A 31.12.2015)

Avisos FEE	Pagamentos-2015
Aviso 02	€ 27.686,50
Aviso 04	€ 37.143,89
Aviso 05	€ 141.475,00
Total	€ 206.305,39

2.1.5 Avisos Concluídos

Durante o ano de 2015 foi possível concluir o Aviso 02 e o Aviso 04, publicados em 2012 e dirigidos a beneficiários abrangidos pelo Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia na Indústria (SGCIE).

Com a implementação destes dois Avisos, direcionados aos operadores com Acordos de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE), estabelecidos com a DGEG, no âmbito do SGCIE, foi possível apoiar o:

- ressarcimento de 50% do custo das auditorias energéticas obrigatórias para operadores com consumos anuais inferiores a 1000 tep/ano, conforme o registo submetido e validado no portal SGCIE;
- ressarcimento de 25% dos investimentos realizados em equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia.

No âmbito do Aviso 02 e do Aviso 04, com a implementação de cerca de 98% e 58% das candidaturas inicialmente aprovadas, respetivamente, foram efetuadas em Portugal Continental 22 (Aviso 02) e 10 (Aviso 04) operações de auditorias energéticas obrigatórias e 37 (Aviso 02) e 35 (Aviso 04) instalações de equipamentos e sistemas de gestão e monitorização dos consumos de energia.

Tendo por base a metodologia de cálculo de poupanças energéticas previstas no PNAEE 2016, para as medidas Ip1m1 e Ip1m2, a redução de energia final estimada para os Avisos 02 e 04 é apresentada na Tabela 7.

TABELA 7 – POUPANÇAS ALCANÇADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DO AVISO 02 E 04

Aviso FEE	Poupança Estimada	Meta PNAEE 2016 (Ip1m1 e Ip1m2)	Contributo de execução
Aviso 02	2.312 tep/ano	120.000 tep/ano	1,9%
Aviso 04	570 tep/ano		0,5%
Total	2.882 tep/ano	120.000 tep/ano	2,4%

Embora a dotação orçamental inicial prevista para o Aviso 02 fosse de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) e para o Aviso 04 de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), no entanto, apenas foram executados € 213.960,70 (duzentos e treze mil novecentos e sessenta euros e setenta centimos) e € 70.099,58 (setenta mil e noventa e nove euros e cinquenta e oito centimos), respetivamente. Na Tabela 8 podem ser consultados os valores de homologação e os montantes pagos em 2015.

TABELA 8 – GESTÃO FINANCEIRA DOS AVISO 02 E 04

Aviso FEE	Dotação Orçamental	Valor Homologado de Investimento FEE	Valor Pago a Beneficiários FEE em 2015	Valor Total Pago a Beneficiários FEE	Valor não utilizado
Aviso 02	€ 1.500.000	€ 226.079,93	€ 27.686,50	€ 213.960,70	€ 12.119,23
Aviso 04	€ 1.000.000	€ 159.680,13	€ 37.143,89	€ 70.099,58	€ 89.580,55
Total	€ 2.500.000	€ 385.760,06	€ 64.830,39	€ 284.060,28	€ 101.699,78

A fraca afluência aos dois Avisos em causa será alvo de análise por parte da Direção Executiva, pelo que está previsto, ainda durante o primeiro trimestre de 2016, identificar as dificuldades encontradas por potenciais candidatos a beneficiários e apresentar uma solução.

2.2 Monitorização e gestão de metas e objetivos do PNAEE

As atividades relacionadas com a monitorização e gestão das metas e objetivos do PNAEE foram realizadas ao longo do ano de 2015, tendo sido criada no 2.º semestre de 2015 a página eletrónica do PNAEE e reformulado o sistema de receção e de registo de candidaturas de beneficiários do FEE.

Ainda no 2.º semestre de 2015, recorrendo aos dados disponíveis da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes a 2013, foram calculados os indicadores necessários para a determinação das poupanças atingidas com a implementação e execução dos programas e medidas previstas no PNAEE.

Sendo a estimativa da poupança de energia final induzida pelo PNAEE, até 2016, de 1501 Ktep (1.773 Ktep de energia primária), correspondente a uma redução do consumo energético de aproximadamente 8,2% relativamente à média do consumo verificada no período entre 2001 e 2005, o que se aproxima da meta indicativa definida pela União Europeia (UE) de 9% de poupança de energia até 2016 e perante o horizonte temporal estabelecido de 2020 para efeitos de acompanhamento e monitorização do impacto estimado no consumo de energia primária, assumido pela UE, de redução de 20% dos consumos de energia primária até 2020, apesar das dificuldades detetadas, foi possível apurar a contribuição de energia primária poupada referente ao período 2008-2013 em Portugal.

Assim, relativamente à meta indicativa para o ano de 2016, a implementação das medidas e programas do PNAEE já contribuiu com 60% para o alcance dessa meta, o que corresponde a 44% relativamente aos objetivos assumidos pela UE para o ano de 2020 (2.394 Ktep de energia primária).

Na tabela seguinte é apresentada a contribuição, por programa, de energia primária poupada (tep) até 2013 para as metas de 2016 e 2020.

TABELA 9 - CONTRIBUIÇÃO, POR PROGRAMA, DE ENERGIA PRIMÁRIA POUPADA (TEP) ATÉ 2013 PARA AS METAS DE 2016 E 2020

Programa	Meta 2016 (tep)	Execução	Meta 2020 (tep)	Execução
Agricultura	30.000	0%	40.000	0%
Comportamentos	32.416	50%	32.416	50%
Estado	153.634	23%	295.452	12%
Indústria	377.221	64%	521.309	46%
Residencial e Serviços	836.277	58%	1.098.072	44%
Transportes	343.683	82%	406.815	69%
Total PNAEE	1.773.231	60%	2.394.064	44%

De referir que na mencionada página eletrónica do PNAEE (www.pnaee.pt) é possível consultar toda a informação relacionada com a Diretiva de Eficiência Energética, Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e Fundo de Eficiência Energética.

FIGURA 2 - PÁGINA ELETRÔNICA DO PNAEE ([WWW.PNAEE.PT](http://www.pnaee.pt))

À semelhança da página eletrónica do FEE, a página eletrónica do PNAEE constituiu a principal ferramenta na divulgação do FEE junto do público em geral. Nesta página eletrónica estiveram disponíveis as minutas dos Avisos FEE, o formulário de candidatura específico por Aviso e as respetivas minutas de documentos obrigatórios, FAQs, entre outros.

Passou igualmente a estar disponível informação referente ao PNAEE, desde o seu enquadramento europeu e nacional, à apresentação das metas e objetivos para 2016 e 2020 e os resultados disponíveis à data de 2013 da sua execução.

3 Gestão financeira

Os fundos patrimoniais totais do FEE, em 31 de dezembro de 2015, são de € 8.491.084,89 (oito milhões quatrocentos e noventa e um mil e oitenta e quatro euros e oitenta e nove centavos), repartidos pelo saldo contabilístico da conta IGCP n.º 1120013398, titulada por Direção-Geral de Energia e Geologia de € 490.748,52 (quatrocentos e noventa mil setecentos e quarenta e oito euros e cinquenta e dois centavos) e pelo montante de € 8.000.336,37 (oito milhões trezentos e trinta e seis euros e trinta e sete centavos), investido na emissão de certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC).

Seguidamente é apresentado o balanço de final do ano de 2015 na Tabela 10 e a demonstração de resultados na Tabela 11, refletindo a situação económica e financeira do FEE, comparável com a dos anos de 2014 a 2010.

TABELA 10 - BALANÇO 2015 DO FEE EM COMPARAÇÃO COM OS ANOS 2014 A 2010

CONTA P.O.C.	ATIVO	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Conta no Tesouro:						
1302	Contas no Tesouro	490.748,52	565.094,88	3.181.568,98	3.125.388,59	2.872.050,07	2.253.343,28
	Títulos negociáveis:						
1533	CEDIC	8.000.336,37	8.000.045,56	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
268	Outros devedores	3.096.770,59	73.789,42	72.712,59	3.800,09	202,79	6.894,94
	Acréscimos e diferimentos:						
271	Acréscimos de Proventos	5.377,58	8.184,24	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do ativo	11.593.233,06	8.647.114,10	3.254.281,57	3.129.188,68	2.872.252,86	2.260.238,22
CONTA P.O.C.	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Fundos próprios:						
59	Resultados transitados	7.260.833,74	399.234,31	2.630.051,74	2.839.143,22	2.227.128,58	0,00
88	Resultado líquido do exercício	2.980.544,01	6.861.599,43	-2.230.817,43	-209.091,48	612.014,64	2.227.128,58
	Total Fundos Próprios	10.241.377,75	7.260.833,74	399.234,31	2.630.051,74	2.839.143,22	2.227.128,58
	Passivo:						
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:						
268	Outros credores	69.667,13	70.000,63	74.975,74	33.109,64	33.109,64	33.109,64
	Acréscimos e diferimentos:						
273	Acréscimos de custos	1.282.188,18	1.316.279,73	2.780.071,52	466.027,30	0,00	0,00
	Total passivo	1.351.855,31	1.386.280,36	2.855.047,26	499.136,94	33.109,64	33.109,64
	Total dos fundos próprios e do passivo	11.593.233,06	8.647.114,10	3.254.281,57	3.129.188,68	2.872.252,86	2.260.238,22

TABELA 11 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2015 COM COMPARAÇÃO AOS ANOS DE 2014 A 2010

	2015	2014	2013	2012	2011	2010
PROVEITOS E GANHOS (€)	3.220.544,01	7.555.361,06	111.633,64	256.935,82	612.014,64	2.227.128,58
742 Transferências correntes obtidas (€)	3.187.107,41	7.173.114,15	111.633,64	256.935,82	612.014,64	2.227.128,58
781 Juros obtidos (€)	33.436,60	8.229,80	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Proveitos e ganhos extraordinários (€)	0,00	374.017,11	0,00	0,00	0,00	0,00
CUSTOS E PERDAS (€)	240.000,00	693.761,63	2.342.451,07	466.027,30	0,00	0,00
62236 Trabalhos especializados (€)	7.174,16	12.257,32	28.406,85	0,00	0,00	0,00
62231 Contencioso e notariado (€)	612,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6228 Comissões (€)	232.213,84	227.742,68	211.593,15	240.000,00	0,00	0,00
632 Subsídios correntes concedidos (€)	0,00	453.037,31	2.102.451,07	226.027,30	0,00	0,00
697 Correções relativas a exercícios anteriores (€)	0,00	724,32	0,00	0,00	0,00	0,00
81 Resultados operacionais (€)	2.947.107,41	6.480.076,84	-2.230.817,43	-209.091,48	612.014,64	2.227.128,58
82 Resultados financeiros (€)	33.436,60	8.229,80	0,00	0,00	0,00	0,00
83 Resultados correntes (€)	2.947.107,41	6.488.306,64	-2.230.817,43	-209.091,48	612.014,64	2.227.128,58
84 Resultados extraordinários (€)	33.436,60	373.292,79	0,00	0,00	0,00	0,00
88 Resultado líquido de exercício (€)	2.980.544,01	6.861.599,43	-2.230.817,43	-209.091,48	612.014,64	2.227.128,58

Em anexo ao presente relatório, é possível consultar o ABDR «Anexo ao Balanço e Demonstrações dos Resultados», para melhor interpretar a situação económica e financeira do FEE e servir de peça fundamental para a prestação de contas, designadamente ao «Tribunal de Contas».

Anexo

1. Nota Introdutória

1) Enquadramento geral

O **Fundo de Eficiência Energética** (doravante designado por "FEE") é um património autónomo sem personalidade jurídica, criado pelo Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, com a alteração introduzida pelo artigo 22.º da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, para financiar os programas e medidas previstas no **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética** (atualmente «PNAEE 2016», aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril). O FEE pode ainda apoiar projetos não previstos no PNAEE mas que comprovadamente contribuam para a eficiência energética (cfr artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 50/2010).

O FEE prossegue as suas finalidades de financiamento através do apoio a (i) projetos de cariz predominantemente tecnológico nas áreas dos transportes, residencial e serviços, indústria e sector público, e a (ii) ações de cariz transversal indutoras de eficiência energética nas áreas dos comportamentos, fiscalidade e incentivos e financiamentos.

O Regulamento de Gestão do FEE, aprovado pela Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro, estabelece o regime de apoio aos projetos elegíveis que visem a implementação de programas e medidas no âmbito do PNAEE, definindo um conjunto de normas referentes, nomeadamente, à apresentação, à aceitação e avaliação das candidaturas, à celebração de contratos, às obrigações dos promotores, aos pagamentos a realizar pelo Fundo, e à fiscalização dos projetos apoiados.

2) Gestão e funcionamento do FEE

A gestão do FEE foi atribuída, na vertente técnica, à **Comissão Executiva do PNAEE** (cfr. artigo 4.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 50/2010), composta por representantes dos principais organismos da Administração Pública responsáveis pela execução do Plano, ou seja, Direção-Geral de Energia e Geologia, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Direção-Geral das Atividades Económicas, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, ADENE - Agência para a Energia, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, COMPETE e Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (cfr. artigo 4.º da Portaria n.º 1316/2010, de 28 de dezembro, que aprova o "Regulamento de Gestão do PNAEE"). Na vertente financeira, a gestão do FEE foi atribuída à **Direção-Geral do Tesouro e Finanças** ("DGTF") (cfr. artigo 4.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 50/2010).

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão do PNAEE e através do Despacho n.º 8648/2015, de 15 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 6 de agosto de 2015, o membro do Governo responsável pela área da energia nomeou o atual **Diretor Executivo**, a quem cabe

a gestão operacional e corrente do PNAEE e do FEE (cfr. n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão do PNAEE), com o apoio de uma equipa técnica designada pela Comissão Executiva do PNAEE.

Assim, para a implementação das atividades correntes o FEE dispõe dos seguintes recursos humanos:

- a) Um diretor executivo: Engenheiro João Paulo Calau (cedido pela ADENE) no primeiro semestre de 2015 e o Engenheiro Fernando Martins (cedido pela ADENE) no segundo semestre de 2015
- b) Uma equipa técnica cedida pela ADENE, que presta apoio parcial ao FEE e que contou com um coordenador, durante o 1.º semestre, e dois membros para apoio administrativo.

Cumprir referir que se aguarda pela emissão e publicação de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da energia, que definirá o regime remuneratório do diretor executivo do PNAEE e dos membros da equipa técnica, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão do PNAEE. Na ausência deste despacho, os vencimentos do diretor executivo e da equipa técnica têm vindo a ser suportados pela ADENE.

Por outro lado, ao abrigo da alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 50/2010, o FEE poderá ainda contratar apoio externo para prestação de serviços de auditoria e controlo de execução técnica dos projetos apoiados.

A **Direção-Geral de Energia e Geologia ("DGEG")** - cujo Diretor-Geral é também Presidente da Comissão Executiva do PNAEE (cfr. artigo 4.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento de Gestão do PNAEE e artigo 4.º, n.º 1, alínea a) da lei orgânica da DGEG) - assegura as funções de faturação e cobrança das receitas do FEE e a ADENE apoia a DGEG na elaboração das contas e reconciliações bancárias.

O regime contabilístico adotado pelo FEE é o Plano Oficial de Contabilidade Pública, sendo as suas contas organizadas de acordo com as instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovadas pela 2.ª Secção do Tribunal de Contas (cfr. Instruções n.º 1/2004).

2. Principais Políticas Contabilísticas

COMPARABILIDADE

As demonstrações financeiras são comparáveis com as do exercício anterior.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3. Conta no Tesouro

A conta no Tesouro dispunha em 2015 e 2014 dos seguintes montantes:

CC 13	Contas no Tesouro	Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
		IGCP	490 748,52 €	565 094,88 €	3 181 568,98 €
		Total	490 748,52 €	565 094,88 €	3 181 568,98 €

4. Títulos Negociáveis

A conta de títulos negociáveis dispunha em 2015 e 2014 dos seguintes montantes:

CC 15	Títulos Negociáveis	Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
		CEDIC	8 000 336,37 €	8 000 045,56 €	
		Total	8 000 336,37 €	8 000 045,56 €	0,00 €

Em 2015 foram efetuadas aplicações financeiras das disponibilidades do FEE em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo-CEDIC, emitidos pelo IGCP, conforme previsto no n.º 2 do artigo 16.º do Regulamento de Gestão do FEE, cujo montante global ascendia, à data de 31-12-2015, a €8.000.336,37 (oito milhões trezentos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos).

5. Outros Devedores

Em 31 de dezembro de 2015, existe um saldo de Balanço a carecer de regularização, no montante de €3.096.770,59 (três milhões noventa e seis mil setecentos e setenta euros e cinquenta e nove cêntimos), sendo:

- €72.652,35 (setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos) relativos a um débito indevido por parte da DGEG;
- €60,24 (sessenta euros e vinte e quatro cêntimos) de transferências correntes não efetuadas no exercício de 2013;
- €8.120,00 (Oito mil cento e vinte euros) correspondente a faturas emitidas sobre coimas aplicadas ao SGCIE em 2015, mas não liquidadas;
- €3.015.938 (três milhões quinze mil novecentos e trinta e oito euros) ainda por receber da DGEG, respeitantes à abertura do ato público do 3.º leilão de TdB (títulos de biocombustíveis) realizada em 31 de março de 2015, relativos às introduções no consumo de 2013 dos PPD (pequenos produtores dedicados), ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, com as suas alterações, cuja receita reverte para o FEE.

Esclarece-se que a quantidade total de TdB licitados ultrapassou a quantidade de TdB colocada em leilão. Assim e tendo em atenção que, nos termos do artigo 6.º do Programa do 3.º Leilão, a atribuição de TdB deve ser realizada com a proposta com o valor mais elevado, os TdB foram todos arrematados pelas empresas:

- BP Portugal, SA: 5000TdB-D a 365€/TdB e 992 TdB-D a 339€/TdB;
- Petróleos de Portugal-Petrogal, SA: 1500TdB-D a 343,1€/TdB;
- CEPESA Portuguesa Petróleos, SA: 1000 TdB a 340€/TdB.

De salientar que em 2014, foi efetuado o pagamento a um beneficiário em duplicado, relativo ao Aviso 03, sendo restituído em 2015, no valor de €1.076,83 (mil e setenta e seis euros e oitenta e três cêntimos).

6. Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2015, existe um saldo de Balanço a carecer de regularização, com um saldo no montante de €69.667,13 (sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e sete euros e treze cêntimos), de transferências correntes obtidas efetuadas em excesso, de acordo com a seguinte discriminação:

- o montante de €33.109,64 (trinta e três mil cento e nove euros e sessenta e quatro cêntimos), de transferências correntes obtidas efetuadas em excesso no exercício de 2010, aguardando confirmação para restituição ao FPC;
- o montante de €36.504,68 (trinta e seis mil quinhentos e quatro euros e sessenta e oito cêntimos), de transferências correntes obtidas efetuadas em excesso pela Philips no exercício de 2013, num total de €41.422,80 (quarenta e um mil quatrocentos e vinte e dois euros e oitenta cêntimos) deduzida de €4.918,12 (quatro mil novecentos e dezoito euros e doze cêntimos), aguardando confirmação para restituição do saldo à Philips. O valor de €4.918,12 (quatro mil novecentos e dezoito euros e doze cêntimos) é composto por €4.531,81 (quatro mil quinhentos e trinta e um euros e oitenta e um cêntimos) regularizados em 2014 e pelo montante de €386,31 (trezentos e oitenta e seis euros e trinta e um cêntimos), correspondente a uma dedução efetuada numa fatura emitida em 2015 à Philips, uma vez que esta tem valores a crédito.
- o montante de €52,81 (cinquenta e dois euros e oitenta e um cêntimos), resulta de uma transferência efetuada em duplicado, aguardando confirmação para restituição do saldo à empresa "Dia Portugal".

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including the word "Anexo" and various illegible scribbles.

7. Acréscimos e diferimentos - acréscimos de proveitos

No final de 2015, a DGTF, na qualidade de entidade gestora do FEE na vertente financeira, efetuou aplicações em CEDIC, no valor de €8.000.336,37 (oito milhões trezentos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos), dos quais foram estimados juros líquidos de €5.377,58 (cinco mil trezentos e setenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos) à data de 31-12-2015.

8. Acréscimos e diferimentos - acréscimos de custos

Nos termos do artigo 19.º do Regulamento de Gestão do FEE, as entidades gestoras do Fundo nas vertentes técnica e financeira têm direito a uma comissão anual de gestão de 2% das receitas anuais do fundo, com um valor mínimo anual de € 240.000,00 (duzentos e quarenta mil euros), repartida da seguinte forma:

- a) 1,5% para o órgão executivo da estrutura de gestão do PNAEE, destinado ao pagamento das respetivas despesas de funcionamento, o que corresponde a um valor mínimo de € 180.000,00 (cento e oitenta mil euros);
- b) 0,5% para a DGTF, o que corresponde a um valor mínimo de € 60.000,00 (sessenta mil euros).

Encontra-se registado na conta de acréscimos de custos, o valor de € 731.549,67 (setecentos e trinta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos), que corresponde às comissões anuais de gestão de 2015 a 2012 (€ 960.000,00), o qual não foi disponibilizado às entidades gestoras, deduzido do montante de €47.760,09 (quarenta sete mil setecentos e sessenta euros e nove cêntimos) relativo a despesas com a plataforma informática, de €612 (seiscentos e doze euros) relativo a despesas de contencioso e notariado e de €180.000,00 (cento e oitenta mil euros) referente à liquidação da comissão de gestão da DGTF dos anos de 2013, 2014 e 2015 relativa aos exercícios de 2012, 2013 e de 2014, respetivamente.

Há ainda a considerar nesta conta que, no final de 2012, foram homologados os resultados da avaliação das candidaturas do Aviso 02, no montante total de €226 027,30 (duzentos e vinte seis mil e vinte sete euros e trinta cêntimos) e em 2013 foram homologados os Avisos 03, 04 e 05, no montante global de €2.102.451,07 (dois milhões cento e dois mil quatrocentos e cinquenta e um euros e sete cêntimos), sendo os pagamentos efetuados em 2014 e 2015.

No mapa abaixo estão detalhados os movimentos explicativos do saldo da mencionada conta de acréscimos de custos:

CC	Descrição	2013	2014					2015		
			Acrescimo	pagamentos	Regularizações	Verba não utilizada	Saldo	Acrescimo	pagamentos	Saldo
	Subsídios correntes concedidos	2 328 478,37 €	453 037,31 €	-1.651 278,99 €	724,32 €	-374 017,11 €	756 943,90 €	-206 305,39 €		550 638,51 €
27	Aviso 02	226 027,30 €		-186 274,20 €	52,63 €	-12 119,23 €	27 686,50 €	-27 686,50 €		0,00 €
	Residencial Aviso 03- Edificio Eficiente -2012	1 704 366,42 €		-1 432 049,10 €	0,01	-272 317,33 €	0,00 €			0,00 €
	Indústria Aviso 04-SGCIE	159 680,13 €		-32 955,69 €		-89 580,55 €	37 143,89 €	-37 143,89 €		0,00 €
	Estado Aviso 05-CE	238 404,52 €			671,68		239 076,20 €	-141 475,00 €		97 601,20 €
	Aviso 06		17 747,00 €				17 747,00 €			17 747,00 €
	Aviso 07		235 797,43 €				235 797,43 €			235 797,43 €
	Aviso 08		199 492,88 €				199 492,88 €			199 492,88 €
	Comissão de Gestão	451 593,15 €	227 742,68 €	-120 000,00 €			559 335,83 €	232 213,84	-60 000,00 €	731 549,67 €
	total	2 780 071,52 €	680 779,99 €	-1.771 278,99 €	724,32 €	-374 017,11 €	1 316 279,73 €	232 213,84 €	-266 305,39 €	1 282 188,18 €

Em 2015, a Comissão Executiva do PNAEE publicitou sete Avisos para apresentação de candidaturas, porquanto os restantes três Avisos previstos para lançamento até ao final do ano acabaram por transitar para 2016.

9. Transferências correntes concedidas

Importar referir que no ano de 2015 não houve lugar a qualquer ato de homologação de relatórios finais de Avisos pelo membro do Governo responsável pela área de energia, no âmbito da atividade realizada pelo Fundo de Eficiência Energética.

10. Fundos Próprios

Data	Conta	Descrição	Montante
31/12/2014	591	Resultados Transitados	7 260 833,74 €
31/12/2015	88	Resultados Líquidos	2 980 544,01 €
Total			10 241 377,75 €

11. Fornecimentos e Serviços Externos

CC	Descrição	2015	2014	notas
62228	Comissões	232 213,84	227 742,68 € a)	
62236	Trabalhos Especializados	7 174,16	12 257,32 € b)	
62231	Contecioso e Notariado	612,00	c)	
	Total	240 000,00	240 000,00 €	

- a) 2% de comissão do órgão de gestão do PNAEE;
- b) Aquisição de serviços de configuração e manutenção do portal eletrónico do FEE, através de procedimento pré-contratual de ajuste direto;
- c) Ação judicial contra a "Moongose" para dar entrada da petição inicial no Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa.

12. Transferências correntes obtidas

No ano em análise as transferências obtidas foram constituídas pelas fontes de financiamento previstas nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, e ao abrigo da partilha de poupanças onde serão anualmente entregues, pelos beneficiários dos apoios à eficiência energética na iluminação pública, as percentagens das poupanças anuais fixadas nos contratos de financiamento celebrados entre os beneficiários e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Valorização do Território (POVT), onde prevê no n.º 7 do artigo 10.º do Regulamento Específico "Energias Renováveis e Eficiência Energética" a entrega ao FEE, pelos beneficiários dos referidos apoios, de uma percentagem mínima de 60% da poupança líquida anual.

cc	Descrição	2015	2014	Notas
742	Transferências correntes obtidas	28 579,41 €	41 742,85 €	a)
742	Transferências correntes obtidas	8 120,00 €	500,00 €	b)
742	Transferências correntes obtidas	3 015 938,00 €	2 780 871,30 €	c)
742	Transferências correntes obtidas		4 350 000,00 €	d)
742	Transferências correntes obtidas	134 470,00 €		e)
	Total	3 187 107,41 €	7 173 114,15 €	

- a) Alínea b) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio - taxa das lâmpadas de baixa eficiência (Phase Out lâmpadas incandescentes);
- b) Alínea c) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio - Coimas da DGEG (operadores SGCIE);
- c) Alínea i) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, e artigo 19º do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro - leilões de TdB (títulos de biocombustíveis);
- d) Alínea i) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio (contribuição da ADENE);
- e) Alínea i) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio – Autoridade Gestora do POVT, n.º 7 do artigo 10.º do Regulamento Específico "Energias Renováveis e Eficiência Energética".

13. Demonstração dos Fluxos de caixa

Esta peça financeira não contempla políticas e estimativas contabilísticas, facilitando assim a análise comparativa com períodos anteriores, mas proporciona informação acerca das alterações de caixa e seus equivalentes, privilegiando o desempenho de tesouraria.

Na preparação da demonstração dos fluxos de caixa foram ponderados os seguintes conceitos chave:

- **Atividades operacionais** – correspondem às principais atividades produtoras de proveitos da entidade e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento.

Recebimento de Clientes no valor total de € 163.792,74 (cento e sessenta e três mil setecentos e noventa e dois euros e setenta e quatro centimos):

- Alínea b) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio - taxa das lâmpadas de baixa eficiência (Phase Out lâmpadas incandescentes), no valor de € 28.245,91 (vinte e oito mil duzentos e quarenta e cinco e noventa e um centimos);
- Alínea i) do n.º 1 do art.º 3 do Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio – Autoridade Gestora do POVT, n.º 7 do artigo 10.º do Regulamento Específico "Energias Renováveis e Eficiência Energética"



Energética", no valor de € 134.470,00 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta euros);

- Regularização do Aviso 03, sendo restituído o valor de €1.076,83 (mil e setenta e seis euros e oitenta e três cêntimos);

Pagamentos a Fornecedores no valor de € 67.786,16 (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e seis euros e dezasseis cêntimos):

- 0,5% da comissão do órgão de gestão do PNAEE para a DGTF, o que corresponde a um valor mínimo de € 60.000,00 (sessenta mil euros);
- Custos com contencioso e notariado no valor de € 612,00 (seiscentos e doze euros);
- Custos com a manutenção da Plataforma informática no valor de € 7.174,16 (sete mil cento e setenta e quatro euros e dezasseis cêntimos);

Pagamentos concedidos:

- Liquidação de avisos homologados no valor de € 206.305,39 (duzentos e seis mil trezentos e cinco euros e trinta e nove cêntimos) em 2015.

- **Atividades de Investimento** – alienação e aquisição de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

- Juros e rendimentos – juros provenientes das aplicações financeiras no valor de € 35.952,45 (trinta e cinco mil novecentos e cinquenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos) em 2015.

RUBRICAS			Período	
			2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes		+	163 792,74	7 167 062,21
Pagamentos a fornecedores		-	-67 786,16	-12 257,32
Caixa gerada pelas operações		+/-	96 006,58	7 154 804,89
Pagamentos por apoios concedidos			-206 305,39	-1 771 278,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-1	+/-	-110 298,81	5 383 525,90
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Investimentos financeiros		+		-8 000 045,56
Juros e rendimentos similares		+	35 952,45	45,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-2	+/-	35 952,45	-8 000 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-3		0,00	0
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		-74 346,36	-2 616 474,10
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	565 094,88	3 181 568,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	490 748,52	565 094,88

A Comissão Executiva do PNAEE,

Pela Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)



Pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)



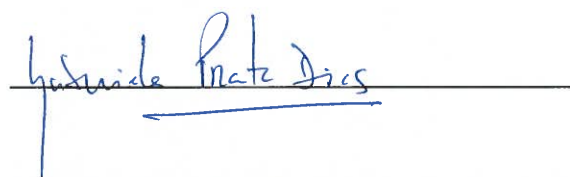
Pela Direcção-Geral de Atividades Económicas (DGAE)



Pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)



Pela Agência para a Energia (ADENE)



Pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)

Pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA)



Pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)



Pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap)



Pelo Competitividade

Pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)

